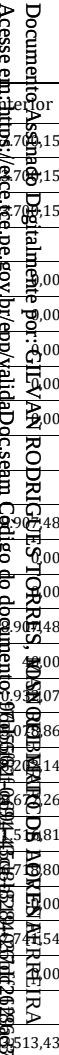


AV.JOAQUIM FALCAO, 98 - Centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.080.825/0001-02 Telefone:



Anexo 13, Lei nº4.320/64
2024

Página 1

Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, ~~M0N0C0MBM4R0D0S~~ ADEMILSON AERREIRA
 Acesse em: <https://eic.ice.ne.gov.br/epv/validarDoc.seam> Código do documento: 9f8b5562f-6d994-45c8-b8204-0257inf26b9ac37

TOTAL GERAL:	27.237.422,10	20.816.121,06	TOTAL GERAL:	27.237.422,10	20.816.121,06
---------------------	---------------	---------------	---------------------	---------------	---------------

Gilvan Rodrigues Torres
Contador
CRC 012819

Nota Explicativa
Balanco Financeiro
Anexo 13, Lei nº4.320/64



a.1. Nome da entidade

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Pombos(Fundo Financeiro)

CNPJ: 07.080.825/0001-02

AV.JOAQUIM FALCAO, 98
Centro, Pombos – PE
CEP: 55630-000

José Roberto de Lorena
Cargo: Presidente
CPF: 213.548.044-49

Gilvan Rodrigues Torres
CRC: 012819

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Pombos (Fundo Financeiro) concebido quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1018 de 27 de novembro de 2023 (LOA 2024). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 (atualizado em Dezembro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende às exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidade(s) do Município de Pombos:

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Pombos(Fundo Financeiro)

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VIANE TORRES, MOAN GILBERTO DE ARAUJO FERREIRA
Assinado em: 2016/04/04 14:55:37 URL do documento: 97a5582c-0409-45d9-b57a-00007f26396337

Documentos assinados digitalmente por: GIL VIANEIRO JESUS TORRES, MARIANNA DE ALMEIDA FERREIRA e ASSIS, em: https://eod.cas.br/app/validar_documento?codigo_documento=98a580c1-0409-45d9-b57a-00007f26396337

Documentos assinados digitalmente por: GIL VIANEIRO JESUS TORRES, MARIANNA DE ALMEIDA FERREIRA e ASSIS, em: https://eod.cas.br/app/validar_documento?codigo_documento=98a580c1-0409-45d9-b57a-00007f26396337

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VIANE TORRES, MOAN GILBERTO DE ARAUJO FERREIRA
Assinado em: 2016/04/20 14:45:35
URL para validação: <https://br.sgv.br/app/validacao/validacao.do?codigo=606140094454535576&id=26896337>

Documentos Assinados Digitalmente por: GIL VIANEIRO JESUS TORRES, MANUEL ALVARO DE ARAUJO GONCALVES REIRA
Assinado em: https://e/cert.br/evp/validar/validarCodigo do documento: 97a5b50c1-0a091-45d9-b57a-0a091276396337

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VIANE TORRES, MOAN GUERATO DE ARAUJO GUERREIRA
Parte I - "Plataos, titvvs", praz de as
Asses em: https://efc.br/gov.br/app/validar_documento?codigo=97ab580c-6d09-4f5d-9b3a-0207f2639633

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VIANE TORRES, MORGAN DE ALMEIDA REIRA
Assinatura em: https://eodoc.ufpb.br/app/validarCodigo do documento: 9fab580c-6d09-4f5d-9b7a-00007f26396337

Documentos Assinados Digitalmente por: GIL VIANEIRO JESUS TORRES, MANUEL ALVARO DE ARAUJO GONCALVES REIRA
Assinado em: https://e/cert.br/evp/validar/validarCodigo do documento: 97a5b50c1-0a091-45d9-b57a-0a091276396337

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VIANE TORRES, MORGAN DE ALMEIDA REIRA
Assinatura em: https://eodoc.ufpb.br/app/validarCodigo do documento: 9fab580c-6d09-4f5d-9b7a-00007f26396337

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VIANE TORRES, MORGAN DE ALMEIDA REIRA
Assinatura em: https://eodoc.ufpb.br/app/validarCodigo do documento: 97ab50c1-6d09-45cd-b87a-02f762686337

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VIANE TORRES, MOAN GILBERTO DE ARAUJO FERREIRA
Assinado em: 2016/04/04 14:55:37 URL do documento: 97a5582c-0409-45d9-b57a-00007f26396337

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VIANE TORRES, MOAN GILBERTO DE ARAUJO FERREIRA
Assinado em: 2016/04/04 14:55:37 URL do documento: 97a5582c-0409-45d9-b57a-00000000000026396333

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VIANE TORRES, MORGAN DE ALMEIDA REIRA
Assinatura em: https://eodoc.ufpb.br/app/validarCodigo do documento: 9fab580c-6d09-4f5d-9b7a-00007f26396337

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VIANE TORRES, MOAN GILBERTO DE ARAUJO FERREIRA
Assinado em: 2016/04/04 14:55:37 URL do documento: 97a5580c-0409-45d9-b57a-00007f26396337

Documentos assinados digitalmente por: GIL VIANEIRO JESUS TORRES, MARIANNE DE ALMEIDA FERREIRA e ASSIS, em: https://eod.cas.br/app/validar_documento?codigo_documento=98a550c1-0409-453d-857a-000027639633

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VIANE TORRES, MORGAN DE ALMEIDA REIRA
Assinatura em: https://eodoc.ufpb.br/app/validarCodigo do documento: f9ab580c-6d09-4f5d-b57a-0a0276639633

Documentos assinados digitalmente por: GIL VIANEIRO JESUS TORRES, MARIANNE DE ALMEIDA FERREIRA e ASSIS, em: https://eod.cas.br/app/validar_documento?codigo_documento=98a550c1-0409-453d-857a-000027639633

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecidos e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

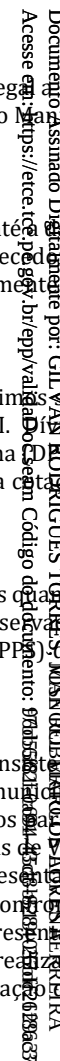
Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a taxa de câmbio da data de elaboração das demonstrações contábeis.

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos do município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração de Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.



c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas



c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2024 totalizaram R\$ 6.768.723,58. Houve um aumento de R\$ 652.375,95 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 6.116.347,63.

Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 16.885.788,19. Houve um aumento de R\$ 5.424.119,54 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 11.461.668,65..

Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 3.459.396,90, sendo R\$ 3.459.026,90 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 370,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 0,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2023 foi de R\$ 123.513,43, sendo R\$ 123.513,43 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados. Foi incluído no saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 8.572,95 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 8ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

Nota 5: Despesa orçamentária

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2024 totalizaram R\$ 19.542.757,88. Houve um aumento de R\$ 1.889.057,73 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 17.653.700,15.

Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 3.738.700,00. Houve um aumento de R\$ 3.738.700,00 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 0,00.

Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 3.458.003,86, sendo R\$ 3.458.003,86 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 497.960,36, sendo R\$ 497.960,36 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados. Foi incluído no saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 205.508,91 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 8ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN ROBERTO TORRES, MONICA MARIA DOS ANJOS AOKENAREIRA
Asses em: <https://etce.ce.gov.br/app/validarDocumento.aspx?CodigoDoDocumento=00055821-0400-4154-B539-0307200637>



d) Outras Informações Relevantes

d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2024 totalizaram R\$ 27.237.422,10. Houve um aumento de R\$ 6.421.301,04 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 20.816.121,06. O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	123.513,43
+	Receita Orçamentária	6.768.723,58
+	Transferências Financeiras Recebidas	16.885.788,19
+	Recebimentos Extra Orçamentários	3.459.396,90
-	Despesas Orçamentárias	19.542.757,88
-	Transferências Financeiras Concedidas	3.738.700,00
-	Pagamentos Extra Orçamentários	3.458.003,86
=	Saldo para o Exercício Seguinte	497.960,36

d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 16.885.788,19

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 3.738.700,00

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

RECURSO ORDINÁRIOS:

Totalizando R\$ 0,00

RECURSOS VINCULADOS:

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados



Documento assinado digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, JOSE ROBERTO DE LORENA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 970155821-04891-45d8-b53940370f72629a637

g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

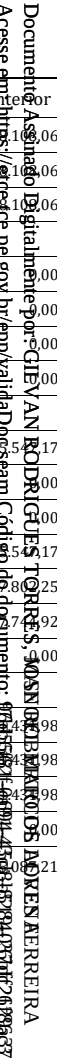
i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

José Roberto de Lorena
Presidente, CPF 213.548.044-49

Gilvan Rodrigues Torres
Contador, CRC 012819

AV.JOAQUIM FALCAO, 98 - Centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.080.825/0001-02 Telefone:



Anexo 13, Lei nº4.320/64
2024

José Roberto de Lorena
Presidente
CPF 213.548.044-49

Página 1

Nota Explicativa
Balanco Financeiro
Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: GIL VAN RODRIGUES TORRES, MOAN DEBENAI RODS NUNES e GILVAN RODRIGUES TORRES
Acesso em : <https://eicr.ce.gov.br/epp/validarDoc.aspx> Código do documento: 60818641-0499d-4f7d-8f30-b0c4-f5b7ac260683cc

a.1. Nome da entidade

CNPJ: 07.080.825/0001-02

AV.JOAQUIM FALCAO, 98
Centro, Pombos – PE
CEP: 55630-000

José Roberto de Lorena
Cargo: Presidente
CPF: 213.548.044-49

Gilvan Rodrigues Torres
CRC: 012819

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Pombos (Fundo Previdenciário) concebido quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.234 de 27 de novembro de 2023 (LOA 2024). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses feitos a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 (atualizado em Dezembro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidade(s) do Município de Pombos:

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Pombos (Fundo Previdenciário)

Documentos assinados eletronicamente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MORGELIANTO DE ARAUJO FERREIRA
Assinado em: https://epp.br/validacao/código do documento: 97ab582c1-6d09f-433-d901-00000000000026896333

[illegible]

Documentos assinados eletronicamente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MORGELIANATO DE ARAUJO FERREIRA
Assinado em: https://e/cf/bv/app/validacao.do?codigo=do_documento:97ab582c1-6d09b-4f3-d9b0-000000000000&id=26396337

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

Documentos assinados eletronicamente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MORGELIANATO DE ARAUJO FERREIRA
Assinado em: https://epp.br/epp/validacao/codigo do documento: 970658261-66994-433-90000-000000002689633

[illegible][illegible]

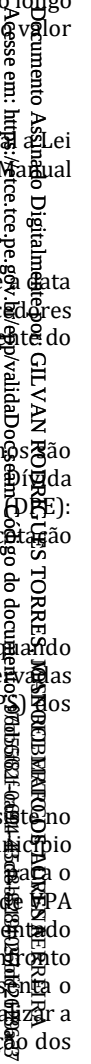
Documentos assinados eletronicamente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MORGELIANATO DE ARAUJO FERREIRA
Assinado em: https://epp.br/validacao/código do documento: 97ab582c1-6d09f-433-d901-00000000000026396333

[illegible][illegible]

Documentos assinados eletronicamente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MORGELIANTO DE ARAUJO GOMES REIRA
Assinado em: https://e/cf/bv/app/validarCodigo do documento: 97ab582c1-6d09b-435-900-0000000000002639633

Documentos assinados eletronicamente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANSUELINO DA MOTA GOMES REIRA e JACQUELINE DE SOUZA SILVA. Assinado em: 2018/07/26 15:33:33. Código do documento: 97a5b52c1-6639b-4335-900a-00000000000026396333. <https://epp/valida/validacao.asp?codigo=97a5b52c1-6639b-4335-900a-00000000000026396333>

Documentos assinados eletronicamente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANSUELINO DA MOTA GOMES REIRA e JACQUELINE DE SOUZA SILVA. Assinado em: 2018/07/26 15:33:33. Código do documento: 97a5b52c1-6639b-4335-900a-0000000000002639a333



Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas as suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, JOSE CARLOS AOKENAE REIRA
Acesse em: <https://etce.tec.pe.gov.br/epp/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento:0701558241-0409145484533940201726196637>

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2024 totalizaram R\$ 4.687.053,73. Houve um aumento de R\$ 1.287.735,56 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 3.399.318,17.

Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 0,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2023..

Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 16.456,47, sendo R\$ 16.456,47 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar não processados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 0,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2023 foi de R\$ 12.211.431,98, sendo R\$ 12.211.431,98 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

Nota 5: Despesa orçamentária

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2024 totalizaram R\$ 146.978,83. Houve um aumento de R\$ 28.870,77 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 118.108,06.

Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 0,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2023.

Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 17.101,18, sendo R\$ 17.101,18 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 16.750.862,17, sendo R\$ 16.750.862,17 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2024 totalizaram R\$ 16.914.942,18. Houve um aumento de R\$ 4.569.854,97 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 12.345.087,21.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	12.211.431,98
+	Receita Orçamentária	4.687.053,73
+	Transferências Financeiras Recebidas	0,00
+	Recebimentos Extra Orçamentários	16.456,47
-	Despesas Orçamentárias	146.978,83
-	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
-	Pagamentos Extra Orçamentários	17.101,18
=	Saldo para o Exercício Seguinte	16.750.862,17

d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 0,00

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 0,00

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

RECURSO ORDINÁRIOS:

Totalizando R\$ 0,00

RECURSOS VINCULADOS:

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, JOSE CARLOS AOKEN AERREIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 970155821-04391-4548-6539403701726139637

g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Le Control



Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

José Roberto de Lorena
Presidente, CPF 213.548.044-49

Gilvan Rodrigues Torres
Contador , CRC 012819

Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, 10550621-04891-45d8b53940370f72629a637
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/vv/validaDoc.seam> Código do documento: 970155621-04891-45d8b53940370f72629a637